



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Processo Licitatório nº: 18.136/2020

Processo de Impugnação nº: 8.719/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

OBJETO: Registro de Preços para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital.

IMPUGNANTE: GLOBAL TRADE INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO EIRELI - CNPJ Nº: 05.286.560/0001-78

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **GLOBAL TRADE INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO EIRELI**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto Federal n.º 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 015/2021, esclarecemos que a mesma **encontra intempestiva**, uma vez que sua interposição data-se de 15/04/2021 e a abertura da sessão dar-se-ia em 19/04/2021.



Comissão de Pregão II

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

04. Desta feita, embora configurada a intempestividade na interposição da empresa impugnante, este Pregoeiro, manifestará sua decisão sobre o questionamento, em observância ao devido processo legal bem como aos princípios que regem a Administração Pública.

I. DA TEMPESTIVIDADE DO ATO

05. Da intempestividade da impugnação

05.1 Prescreve o subitem 27.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2021:

27.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para pregaoeletronico.friburgo@gmail.com **até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada)** no edital para abertura da sessão pública.

05.2 Considerando o texto transcrito, bem como a data para a abertura das propostas que é dia 19/04/2021, tem-se por intempestiva a impugnação apresentada



Comissão de Pregão II

pela Empresa **GLOBAL TRADE INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO EIRELI**, haja vista o protocolo do pedido, recebido pela Secretaria Municipal de Saúde, datar de 15/04/2021. **Ressaltamos ainda que** conforme expresse no instrumento convocatório, **os pedidos de impugnação devem ser enviados por e-mail**, para o endereço eletrônico informado no subitem 27.1, e não protocolados na secretaria requisitante, como procedeu a impugnante.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

06. Em síntese, a requerente visa impugnar:

Questionamento nº 1 - O texto dos itens referentes às exigências de Qualificação Técnica, **Item 21.4 - Deverá apresentar documento devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante, declarando a existência de cozinha industrial**, sob a alegação de que não foram incluídas nesse item exigência para que a cozinha esteja localizada e um perímetro do Município de Nova Friburgo ou municípios limítrofes, por considerar ser condição essencial para a perfeita execução do objeto.

Questionamento nº 2 - Recorre também do, **Item 21.3 - Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição, de modo a comprovar ter prestado serviços de fornecimento de alimentação em outras unidades de saúde e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios**, sob a alegação de que no texto



Comissão de Pregão II

editalcio não é exigida comprovação de experiência mínima de três anos de execução do objeto semelhante, sob a égide da IN-SEGES Nº 05/2017 e do Art. 30, Inc. II, da Lei 8.666/93

Questionamentos nº 3 e 4 - A empresa traz ainda alegação de que **o edital em seu item 4**, que versa sobre as condições de participação, o instrumento convocatório não veda a participação de sociedades sem fins lucrativos, bem como as empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional, fato que frustra os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes, com fulcro na IN nº 05/2017 e a da Lei Complementar nº 123/2006.

Questionamento nº 5 - A empresa alega que no instrumento convocatório não foi encontrado o número de profissionais nutricionistas mínimo exigido pelo Conselho Federal de Nutrição, através da resolução nº 600/2018 d CFN.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

07. Requer a Impugnante:

a) Que as irregularidades apontadas sejam corrigidas, readequando-se o edital, a "Legislação vigente, pois, como demonstrado na presente peça de impugnação, o referido edital contém vícios, frontalmente em desacordo ao que estabelece à Legislação Federal acima citada, bem como ao § 1º, do Art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e ao Artigo 5º do Decreto Federal nº 5.450 de 31.05.2005 e ainda o subitem 10.6, do Anexo VII-A, da IN-SEGES Nº 05/0017."



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE

08. A exigência, requerida pela empresa, para que seja incluída no texto do, **Item 21.4 - Deverá apresentar documento devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante, declarando a existência de cozinha industrial**, que a cozinha esteja localizada em um perímetro do Município de Nova Friburgo ou municípios limítrofes, s.m.j., pressupõe uma exigência de **localização prévia da cozinha industrial, na Fase de Habilitação** que afronta o art. 30, § 6º, da Lei Federal 8666/93 que veda a exigência de propriedade e de localização prévia, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento** e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; **(grifo nosso)**

[...]

§ 6º **As exigências mínimas relativas** a instalações de canteiros, máquinas, **equipamentos** e pessoal técnico especializado, **considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade**, sob as penas cabíveis, **vedada as exigências** de propriedade e **de localização prévia**. **(grifo nosso)**



Comissão de Pregão II

09. Conforme **providimento** da impugnação interposta pela empresa **RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI**, cujo inteiro teor pode ser consultado no endereço <http://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao>, que recorreu do texto do dos subitens 21.4 e 21.5 do edital, tais exigências serão verificadas apenas do licitante vencedor, e não de todos os participantes, sob pena de restrição à ampla participação no certame, bem como a incorrência de custos aos licitantes, que não sejam necessários anteriormente à celebração do contratos, em se tratando de condições indispensáveis para a realização do objeto da licitação **a qual deverão ser exigidas apenas após a adjudicação, como condição contratual**, que se descumprida sujeitará o particular às sanções cabíveis em face de sua inadimplência. **Ficando a comprovação da aptidão técnica, na fase de habilitação, condicionada somente a apresentação do Atestado que trata o item 21.3.** Desta forma serão suprimidos dos requisitos de Qualificação Técnica do instrumento convocatório os itens 21.4 e 21.5.

10. Com relação a exigência requeria pela empresa para que seja incluída no texto do **Item 21.3**, comprovação de **experiência mínima de três anos** de execução do objeto semelhante, com fulcro no subitem 10.6 do ANEXO VII-A, da IN-SEGES nº 05/2017, *in verbis*:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre as regras e diretrizes do **procedimento de contratação de serviços** sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (grifo nosso)

[...]

ANEXO VII-A

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO
CONVOCATÓRIO



Comissão de Pregão II

10. Da habilitação:

[...]

10.6. **Na contratação de serviço continuado**, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante: (grifo nosso)

[...]

b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a **comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação**, podendo ser aceito o somatório de atestados;(grifo nosso).

11. Conforme podemos atestar na própria alegação da impugnante, a IN nº 05/2007 trata exclusivamente dos **procedimentos de contratação de serviço**, e s.m.j. não possui aplicação na presente licitação, cujo objeto trata do Registro de Preços para futuro e eventual **Fornecimento de Alimentação**, ou seja, caracterizando assim a **aquisição/compra de alimentação já preparada** e não a prestação de serviços, conforme pode ser verificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

12. Os requisitos de aptidão, conforme já mencionado, serão verificados por meio do atestado a que se refere o **item 21.3, do edital**.

13. Com relação aos questionamentos de nº 3 e 4, não foram encontradas correlações com o objeto da presente licitação visto que **o item 4 do presente edital**, mencionado na peça de impugnação, **versa sobre Preço Estimado e não sobre "as condições de participação dos licitantes"**, conforme alega a empresa, assim como o objeto do certame em tela é "o Registro de Preços para o **FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO** destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do **Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro**, de acordo com a demanda da



Comissão de Pregão II

unidade, pelo período de 12 (doze) meses e **NÃO** a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO** Destinada a Pacientes, Acompanhantes, Funcionários e outros autorizados nas dependências do **Hospital Municipal Raul Sertão**, como **disposto no item 4.1 da impugnação interposta**, nos levando a crer que houve um equívoco por parte da requerente, confundindo dois certames distintos. Ainda assim, mesmo que fosse o caso, todas as explanações feitas pela empresa levam em consideração que o processo em tela trata da contratação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, quando **na verdade trata-se de aquisição/compra de produtos**, não cabendo, s.m.j. os dispositivos legais apontados.

14. Com relação ao questionamento de numero 5, a Resolução nº 600 de 2018 do Conselho Federal de Nutrição Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Tal regulamentação específica deve ser seguida pela empresa Contratada, como condição prevista no Termo de Referência em seus itens 02, 18 e 23, devendo a empresa contratada realizar o correto dimensionamento da quantidade de nutricionistas necessários ao perfeito atendimento das obrigações assumidas, conforme legislação vigente.

18. QUANTO AO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (Termo de Referência - Anexo I)

18.1. **Manter quadro de pessoal técnico**, operacional e administrativo **em número necessário e suficiente** para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência. (grifo nosso)



Comissão de Pregão II

V. DA DECISÃO

15. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **GLOBAL TRADE INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO EIRELI**, no processo licitatório referente ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2021, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo-se inalterado o Edital em comento quanto a inclusão das exigências requeridas.

Nova Friburgo, 20 de abril de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870